

História Política e a “Nova História”: um breve acerto de contas.

Political History and “New History”: a brief reckoning.

Rafael Willian Clemente¹

Artigo
Original

Original
Paper

Palavras-chave:

História política

Annales

Historiografia.

Resumo

O estudo aqui exposto traz uma reflexão sobre a história política mais detalhadamente sobre seu processo de renovação, juntamente com a renovação da historiografia proposta pelo movimento dos Annales, durante o século XIX na França. A história política hoje se faz um campo aberto, é difícil – e este nem é nosso interesse – de delimitar seu campo de atuação, sua área fronteira. Porém, o que se mostra no presente, como uma característica dos métodos e objetos da história política não era nem de longe um traço em seu modo de discutir e demonstrar o conhecimento histórico. Cabe, então, várias perguntas, mas uma delas torna-se mais pertinente: como entender essa nova história política? O presente artigo pretende contribuir para o debate historiográfico em torno da história política.

Recebido em
03/2011

Aprovado em
08/2011

Abstract

The study presented here brings a reflection about the political history, more specifically about its process of renovation, and the renewed historiography proposed by the Annales movement during the nineteenth century in France. The political history nowadays makes use of an open field which is hard to delimit its action field, its border area, but this is not our interest. However, what is shown at present as a feature of the methods and objects of the political history was not far from a stroke on its way to discuss and demonstrate historical knowledge. Then, several questions can be done, but one of them is more relevant: how can this new political history be understood? This article aims to contribute to the historiographical debate surrounding the political history.

Key words:

Political history

Annales

Historiography

Cadernos UniFOA

Edição nº 16 - Agosto/2011

¹ Mestrando em História pela Universidade Severino Sombra - USS, Especialista em História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Graduado em História pelo Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA

1. Introdução

O presente escrito é uma reflexão sobre duas renovações no estudo de história, mais precisamente em seus métodos, em sua forma de entender e analisar os fatos sociais, culturais e políticos. Ambos os três de maneira relacionada sob o manto da história política. Tendo como material básico as publicações de historiadores franceses como Le Goff e Rémond, que proporcionaram tanto à disciplina história quanto à historiografia várias reflexões sobre as problemáticas que carregava quando se tratava da história política, as linhas aqui apresentadas tratam dessa renovação. Uma renovação para além do movimento dos *Annales*, que, em síntese, trabalharemos para confrontar com a história política. Logo, existem dois lados a serem distinguidos.

De um lado a “nova história”, surgida pela via francesa da “Escola dos *Annales*”, tida como outra forma de se entender a história – tanto a disciplina em si, quanto as práticas factuais do processo de estudo. Do outro, a história política, corrente vista, *a priori*, como amálgama dos problemas historiográficos – geralmente relacionada como forma ultrapassada e a ser superada de se entender a história e praticar os métodos historiográficos nas análises da sociedade. Portanto, repensar nossos métodos é tarefa frequente. Para historiadores, a história não poderá nunca estar fechada em si e somente para si, deve ter os tentáculos de polvo e alcançar sempre objetivos e públicos cada vez mais distantes, unindo áreas do saber – respeitando suas particularidades – e dialogando com métodos, externos e internos que possibilitem a construção do conhecimento bem como sua produção. Colocar o debate em história é reproduzir o que Le Goff expôs, com muita propriedade, na abertura de seu livro sobre história e memória:

A história está sempre no centro das controvérsias. De que assuntos deve tratar? Os acontecimentos apenas, ou também os desígnios da providência, os progressos da humanidade, os fenômenos repetitivos, as estruturas? Deve pôr tônica na continuidade ou, pelo contrário, nas revoluções, nas rupturas, nas catástrofes? Deve ocupar-se priorita-

riamente dos indivíduos promovidos ao papel de heróis ou de massa? De quem tem poder e autoridade no Estado ou na Igreja ou, ao contrário, dos camponeses, do proletariado, dos burgueses, da população no seu conjunto e de todas as classes que a compõem? (LE GOFF, 2003: 17)

Corrente historiográfica que esteve ligada intimamente às visualizações do poder no Estado, a historiografia política começou por uma análise das pessoas importantes e de grande poder na sociedade. Assim, era o alvo mais fácil e mesmo o ideal para historiadores que, num dado momento, ansiavam por renovações nos olhares da história, a ponto de marcar a vida historiográfica com estudos que usavam como veículo uma revista e transformou-se em um movimento. Nascia os *Annales* e com ele uma crítica aos velhos métodos para o estudo da história.

Se a história política foi alvo de críticas, que a bem da verdade auxiliaram em sua renovação, ela soube também se apropriar de muitas características de outros campos do saber, a exemplo de seus contatos com a economia, a psicologia e o que hoje chamamos de ciência política. Uma história que se tornou relevante para as ciências humanas não deve ser alvo só de revisões e de um alto grau de criticidade, mas deve reconhecer também o que os historiadores do político fizeram para que seus objetos fossem vistos pela sociedade como uma ferramenta utilizável na constante construção do homem político, enfim, do homem em sociedade.

2. Uma história de renovação: os *Annales*

Desde sua utilização como disciplina anexa aos conhecimentos de latim, retórica ou a filosofia clássica, o ensino de história estava calcado no âmbito das grandes narrativas, compostas basicamente pelas questões das causas, origens e consequências, como explicitou Weinstein (2003: 185). A problematização dos fatos não era relevante para o debate sobre a vida em sociedade, sobre os homens e sua vivência na trilha social, seus percalços

em outros âmbitos sociais que não o econômico; o homem comum estava excluído da história e, logo, seus nomes e memórias não entrariam no conhecimento repassado aos que do ensino se serviam, ou mesmo à história, como disciplina.

Com o advento de uma nova geração de historiadores franceses, a disciplina foi oxigenada e seus rumos sofreram uma guinada irascível. A “*Escola dos Annales*” inaugurou em meados de 1929 outra maneira de pensar o conhecimento histórico, bem como seus métodos de pesquisa e ensino. Veremos a diante como esse movimento influenciou as futuras gerações de historiadores, que, mesmo não estando em territórios franceses e fora do convívio dos “*annalistes*”, assimilaram a revolução na historiografia que o movimento em questão proporcionou. A verdade é que mesmo com algumas dificuldades causadas pelas novas proposições feitas pelos historiadores dos *Annales*, ainda hoje colhemos os frutos de tal aperfeiçoamento da disciplina histórica, embora reconheçamos que a história-disciplina continua a sofrer duros golpes de muitos dos que dela tiram seu sustento. Portanto, assim como Marc Bloch – um dos historiadores fundadores dos *Annales* – travamos diariamente nosso combate pela história; muitas dessas batalhas vão além da disciplina e dos seus processos didáticos de ensino-aprendizagem, recaem sobre a história como movimento incessante de dinamismo do mundo, na movimentação de todos os fenômenos típicos da humanidade, e na movimentação do homem em seu tempo.

Nosso combate vai além da história, é a batalha do homem, pelo homem, em seu recorte temporal, em sua luta cotidiana.

Chamada de “a revolução francesa da historiografia” por Burke (1990) a “*Escola dos Annales*” foi e ainda é a maior referência na modificação dos conceitos historiográficos contemporâneos. Vista por muitos, inclusive pelos seus fundadores, mais como um movimento do que como uma escola - ainda que Guriévitch (2003) compartilhe dessa ideia, ressalta também a posição de escola dos *Annales*, não no sentido institucional, mas no âmbito de renovação e disseminação de um conhecimento, no caso, da ciência histórica - os *annalistes* propagaram pelo universo acadêmico uma visão disciplinar da história que naquele

momento se contrapunha às experiências dos historiadores tradicionais.

Marc Bloch e Lucien Febvre, através da revista *Annales. Economies. Sociétés. Civilizations*, agruparam em torno do novo movimento, também citado como “nova história” - um olhar sobre a disciplina que foi de encontro às antigas correntes historiográficas, vigentes até aquele momento. Estas não se vinculavam à vida cotidiana dos homens, importando apenas com os grandes fatos e os grandes personagens, uma história conclusa aos grandes feitos e às grandes narrativas, que, ao contrário das novas propostas, afirmavam que a história era um movimento quase que inerte. Em contrapartida, os *annalistes* atestavam “a história como uma ciência em marcha” (BLOCH, 2001: 21), ou seja, uma ciência em mutação; voltada “aos homens, à sociedade, às crises momentâneas ou elementos mais duradouros” (BLOCH 2001: 51), e por isso, dinâmica. Como destacou Rémond (2003), a história política era a encarnação perfeita para a contraproposta historiográfica realizada pelos “novos historiadores”, aliás, toda nova escola necessita de um inimigo, para que tendo contra quem lutar, possa afirmar, por meio dessa batalha, seus novos argumentos e sua *práxis*.

3. História política: uma corrente antiquada?

Correntes historiográficas são nada mais que possíveis histórias da história, reflexões sobre as “transformações da sociedade e as modificações das ideias.” (RÉMOND 2003: 13). Portanto, o trabalho de um historiador que pesquisa objetos mais intimamente ligados ao econômico terá características distintas do historiador que analisa dados de história cultural. Contudo, esses objetos, esses fatos, circulam sob a órbita de vários campos da história enquanto disciplina. Logo, o que a princípio é político afeta o social, o cultural, o econômico e assim por diante, pois as relações no campo da história são como átomos agitados que percorrem os mais variados caminhos e na estrada da história estamos em uma via de mão dupla, em que os encontros e desencontros metodológicos são inevitáveis.

Nessa ótica, dizer que o estudo do político influenciou e sofreu influências de muitos outros campos da história é o óbvio. Porém, a análise dos objetos políticos, ou da política, iniciou-se, como já observamos, com os olhares voltados para os grandes nomes da política, as instituições, o Estado, que perdurou durante muito tempo como “objeto por excelência na produção histórica”. (FALCON 1997: 65). Se com os gregos a história estava voltada para as grandes narrativas, durante os séculos mais recentes, algo em torno entre o XXIII e o XX a guinada de seu leme foi modesta; tanto que na modernidade ainda tinha “o Estado como objeto por excelência na produção histórica” (MOMMSEM apud FALCON, 1997). Isso fez com que os métodos de história política fossem presa fácil para os “novos historiadores” que iam contra a hegemonia do político em história. Ela amalgamava todos os problemas da história tradicional, era “factual, subjetivista, psicologizante e idealista” (RÉMOND, 2003: 18), enfim, todos os defeitos que a “nova história” procurava findar, a história política possuía em suas finalidades. Mas de fato, esse não era um problema de má intenção dos historiadores políticos. Estes – homens do seu tempo, que em si agrupavam as ideias e as inclinações de sua época – só utilizavam daquilo que ela podia oferecer e a própria política se fazia como algo superficial. Entretanto, há uma tendência em se negar o conhecimento de gerações anteriores para se fazer afirmar a da geração contemporânea, como bem cita Rémond (2003, p. 13), que “avanços se operam muitas vezes em detrimento de outro ramo, como se todo avanço devesse ser pago com algum abandono, duradouro ou passageiro, e o espírito só pudesse progredir rejeitando a herança da geração anterior.” Assim, a história política fora negada pelos novos historiadores, como uma maneira arcaica e obsoleta de se fazer história.

4. História política em perspectiva

Como podemos distinguir o que é político do cultural, do social e do econômico, já que essas esferas se ligam intimamente e entre si dialogam? Ainda Rémond (2003) argumenta que “o político não tem fronteiras na-

turais,” ora elas se retraem, ora se dilatam, ou seja, permeiam outros domínios delimitando sua área de atuação, mas sem fixar territórios. Essa mesma história política que agora realiza intercessão com outras áreas, outrora estava intimamente ligada às análises do econômico. Ela também nasceu muito próxima ao caráter do poder nas esferas econômicas, como bem se julgava a política como a busca pelo poder social. Segundo Falcon (1997) história e poder caminham juntos, sendo “irmãos siameses”, ou seja, de difícil, ou impossível separação. Isso também demonstra uma problemática quando se trata da análise sobre a produção do poder na oficina da história, pois há aí uma equivalência entre o político e o poder exercido. Nesse âmbito, inicia-se um percalço, visto que a análise do político perpassa pelas questões de poder, mas este não poderá encerrar as características na análise da história política, já que esta não se delimita simplesmente pelo poder em esfera política.

Se a história política possuía, em seu início, um viés muito acentuado quando a suas análises do poder no Estado, ao decorrer dos anos, entre 1945 e 1968/1970, a crise final da história política se mostra como uma possibilidade de modificação nas estruturas dessa corrente historiográfica. De acordo com Falcon (1997), contribuíram imensamente para esses processos intelectuais os que vieram de fora da ciência histórica. Sociólogos, principalmente como Foucault e Bourdieu, realizaram outra forma de análise do poder. Sob a ótica desses dois autores, de grande influência nas ciências humanas e sociais, o poder ganharia um aspecto simbólico, ou seja, suas relações não estavam *ad stricto* ao político, enquanto alcance de poder estatal, mas esse poder relacionava-se por entre as instituições sociais e suas maneiras de “pensar” e transmitir os valores institucionais em regras sociais. Daí Foucault ter um vasto material sobre diversas instituições como o cárcere, os manicômios, as escolas e etc., e Bourdieu ter pensado sobre o poder simbólico das grifes de alta costura e o poder das trocas econômicas simbólicas. Assim, são análises da política, do poder, mas em outra linha de raciocínio, contendo representações das mentalidades, das ideias, bem como da memória, sem as amarras do poder como ao inerente ao status econômico, mas

visto dessa forma e como uma relação das representações sociais dos indivíduos e suas instituições. Concordamos, entretanto, que o foco da história política demorou a se alterar a fim de que se concentrasse em outros objetos. A história política privava-se da possibilidade metodológica em criar uma história comparada, olhando os fatos em uma perspectiva espacial paralela, portanto, fitava o fato, dando prioridade ao particular.

As revoluções que derrubaram os regimes monárquicos não destronaram a história política de sua posição preeminente, apenas mudaram seu objeto. Em vez de fixar-se na figura do monarca, a história política voltou-se para o Estado e a nação, consagrando daí em diante suas obras à formação dos Estados nacionais... (RÉMOND, 2003: 15)

5. Conclusão: um breve acerto de contas

As duas correntes que se mostraram de formas antagônicas, a “Nova História” e a História Política merecem um olhar todo especial dos estudiosos, tanto historiadores como outros cientistas sociais. A política é campo de análise em que podem ocorrer algumas armadilhas que exigem desses profissionais um preparo metodológico rigoroso, daí torna-se importantes muitos esclarecimentos, que, às vezes, por motivo de espaço, foram aqui omitidos. Contudo, ao longo de uma vasta bibliografia essas temáticas poderão ser consultadas e debatidas em outros estudos ou mesmo eventos que tenham a história política como tema.

A política está em tudo? Tudo é político? A pertinência de tais questionamentos é atual, ainda que muito anteriormente já tenha sido exposta, principalmente aos historiadores do político. Vemos então que a resolução para os problemas sociais estaria, na esfera do político, do poder. Assim, “algumas pessoas passaram [...] da constatação de que o político está em toda parte à ideia de que tudo é político.” (RÉMOND, 2003: 25). Se isso trouxe problemas à história política, pois “a política (é) responsável por tudo o que deixa a desejar na sociedade”, também foi um modo de renovar os

ares dessa corrente. Exemplo disso é o fato de as grandes guerras terem servido para os historiadores do político como exemplo de que só o econômico não daria conta da explicação dos fatores de tomada de território, a motivação para tais ações passava pelo fator social.

Se os *Annales* em muito contribuíram, mediante o enfrentamento, para o amadurecimento da história política, esta também não se fechou em si, no seu casulo contra as influências. Seu maior amadurecimento foi entender que o processo em que estava necessitava de mudanças, não só recebidas pela pressão externa, mas mesmo uma mudança interior em seus procedimentos e visões.

Embora o embate entre os “novos historiadores” e a história política tenha acontecido de maneira muito marcante, forte impressão causou Fernand Braudel – um dos expoentes da geração dos *Annales* – quando lamentou que a história política tenha possuído o rótulo de uma história *événementielle* – “que fica nas superfícies das coisas e esquece de vincular os acontecimentos às suas causas profundas” (RÉMOND, 2003: 17) – já que para ele essa não era a intenção dos historiadores políticos. Isso mostra que a luta da nova escola, a qual surgiu na França - com as duras críticas e às vezes, injustas - servira para a movimentação dos historiadores do político, o que resultou em uma nova direção dessa corrente que hoje além de notável, é também louvável.

6. Referências bibliográficas

1. BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília (Org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 29-46.
2. BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1990.
3. GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. **Revista Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, v. 9, 1996. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

4. FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61-89.
5. LE GOFF, Jacques. A política sera ainda a ossatura da história? In: _____. **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1990. p. 221-242.
6. _____. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
7. REIS, José Carlos. **A história, entre a filosofia e a ciência**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
8. RÉMOND, René. Uma história presente. In: _____ (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 13-36.
9. RÉMOND, René. Do político. In: _____ (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 441-454.
10. WINOCK, Michel. As ideias políticas. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 271-294.

Endereço para Correspondência:

Rafael Willian Clemente

rwclemente@id.uff.br

Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA

Avenida Paulo Erlei Alves Abrantes, 1325

Três Poços - Volta Redonda - RJ

CEP: 27240-560